Análise comparativa da imigração italiana dirigida para o Espírito Santo e para a Amazônia durante a segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX

Aurélia H. Castiglioni[♣]

Marília Ferreira Emmi[♦]

Resumo

Este estudo tem como objetivo comparar os fluxos migratórios que se dirigiram para o estado do Espírito Santo, situado no eixo principal de atração do país e para a Amazônia, situada fora da referida área, durante a segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX. São comparados os contextos de destino dos imigrantes, as características sócio-demográficas dos fluxos e dos imigrantes, as motivações, as estratégias, trajetórias e os processos de inserção social dos imigrantes nos contextos de destino. O trabalho de reconstituição da migração é feito a partir de fontes de dados, estatísticas e documentos históricos recolhidos em diversos arquivos. O trabalho busca colocar em evidência, por meio de análise comparativa, as múltiplas facetas que o fenômeno migratório pode apresentar. A imigração destinada ao Espírito Santo, composta majoritariamente por imigrantes provenientes do norte da Itália, estabeleceu-se e permaneceu até meados do século XX na zona rural, nas colônias agrícolas, enquanto que na Amazônia, os imigrantes vindos do sul da Itália inseriram-se em atividades urbanas, sobretudo naquelas criadas pela expansão da exploração da borracha. Procura-se refletir sobre as semelhanças, diferenças e especificidades existentes no povoamento das regiões do país, sobre o processo de inserção dos imigrantes e sobre o papel da imigração como fator de transformações sociais, econômicas, políticas e culturais nas sociedades de destino.

Palavras-chave: Imigração italiana, características dos fluxos migratórios, processos de inserção dos imigrantes na sociedade.

[♣] Universidade Federal do Espírito Santo -. Doutora em Demografia.

[♦] Universidade Federal do Pará - Doutora em Ciências Socioambientais

Contextos de destino dos imigrantes

Este trabalho tem como finalidade comparar estudos sobre a imigração italiana realizados em dois diferentes contextos do país, buscando colocar em evidência a questão fundamental da multiplicidade das dimensões da migração. A compreensão da migração requer, inicialmente, o conhecimento da história e das características sociais, políticas, econômicas, culturais das regiões estudadas, pois da interação entre os fatores existentes nestas regiões resultam processos de inserção dos imigrantes com características específicas. São apresentados os traçados dos dois contextos analisados, Espírito Santo e Amazônia, etapa necessária para o desenvolvimento das análises comparativas sobre a formação, composição e contribuições dos fluxos migratórios.

Durante o período colonial e imperial o Espírito Santo pouco se desenvolveu. No início do século XIX, cerca de 20.000 habitantes viviam em alguns povoamentos situados na área litorânea, os primeiros criados pelos colonizadores. O problema demográfico era considerado o principal entrave para a expansão das atividades econômicas. O povoamento dos espaços vazios só teve início na primeira metade do século XIX, impulsionado pela expansão da cultura do café, que, vindo do norte do Rio de Janeiro, chegou ao sul do Espírito Santo em torno de 1840.

A política imigrantista nacional, fundamentada no povoamento da terra e no estabelecimento da pequena propriedade, teve no Espírito Santo um contexto propício a sua implantação. No âmbito deste programa foram criados, nos meados do século XIX, núcleos coloniais no centro-sul do Espírito Santo. O programa teve início com a criação da Colônia de Santa Isabel, em 1847, onde se instalaram 163 alemães. A seguir foram criadas as Colônias Rio Novo, em 1854, onde se estabeleceram colonos italianos, e Santa Leopoldina, criada em 1856, que recebeu, no ano seguinte, 140 colonos suíços e 222 colonos alemães. O programa prosseguiu com a criação de mais três núcleos, povoados majoritariamente por italianos e tiroleses: o núcleo Timbuí (1874) fundado em terras pertencentes à Colônia de Santa Leopoldina; o núcleo de Santa Cruz, (1877) e o núcleo de Castelo (1880).

Segundo Caio Prado Júnior (1945), a introdução de imigrantes na zona rural do Brasil era motivada por diretrizes distintas: o programa de Núcleos Coloniais era dirigido

ao processo de colonização e tinha por objetivo atrair e fixar famílias de agricultores europeus nas pequenas propriedades que compunham os Núcleos; já a imigração subvencionada era direcionada para a demanda de mão-de-obra dos grandes proprietários, e procurava recrutar e fixar os imigrantes na grande propriedade cafeeira.

A imigração européia no Espírito Santo tinha por finalidade principal a introdução e a fixação de agricultores e suas famílias como meio de povoar os espaços vazios, ampliar as fronteiras agrícolas e dinamizar a economia local. Assim, a introdução dos imigrantes no Espírito Santo apresenta características diversas das apresentadas pelas unidades administrativas próximas, onde a prioridade do programa era a substituição da mão-de-obra escrava das grandes fazendas, e assemelha-se ao processo de inserção de imigrantes nas províncias do Sul do país, onde predominava a migração de colonização.

A política abolicionista agravou progressivamente o problema da carência de mão-de-obra em todo o país. Os escravos, em número reduzido no Espírito Santo, estavam concentrados nas fazendas do sul: em 1872 a representação dos escravos na província era de apenas 1,5 % do total de escravos do Brasil. Com a abolição da escravatura, os proprietários das fazendas do sul passaram a utilizar mão-de-obra imigrante, mas as entradas declinaram, pois a maioria dos imigrantes se dirigia para São Paulo, e os fazendeiros começaram a pressionar o governo para solucionar seus problemas. Para expandir o povoamento nas regiões de povoamento recente, e ao mesmo tempo, atender às demandas dos fazendeiros, o Governo instituiu na década de 1890 um programa local financiado com recursos próprios para promover a vinda e o estabelecimento de imigrantes. O programa foi divulgado especialmente no norte da Itália, onde os agentes de imigração recrutaram o maior número de migrantes que se dirigiu ao Espírito Santo.

A imigração européia no Espírito Santo se concentrou na segunda metade do século XIX, e sua intensidade foi máxima na década de 1890. Os núcleos foram gradativamente se expandindo nas áreas despovoadas, muitas vezes sem infra-estrutura adequada para receber e assentar as famílias imigrantes. Em 1895 o Governo Italiano proibiu a emigração destinada ao Espírito Santo devido aos protestos freqüentes contra as condições precárias de acolhimento e o tratamento dispensado ao

imigrante. O encerramento deste período ocorreu no final do século XIX devido aos problemas decorrentes da falta de planejamento adequado para inserção do imigrante, somados à crise econômica do café, a principal cultura, que se abateu sobre o estado.

A outra área objeto de análise da imigração italiana é a Amazônia, região situada no Norte do Brasil, distante das áreas tradicionais de imigração Nessa área, os italianos se dirigiram, sobretudo às capitais e cidades dos principais estados: Amazonas e Pará. Foi uma imigração tipicamente urbana, embora haja registro de imigração para Núcleos Agrícolas criados no âmbito das políticas imigrantistas do final do século XIX.

Quando o Brasil se inseriu no campo das grandes migrações internacionais que marcam a segunda metade do século XIX e o início do século XX, assistia-se na Amazônia um surto de riquezas motivado pela exploração extrativa da borracha e sua exportação para o mercado internacional. A borracha era explorada na região desde meados do século XIX, mas essa atividade se intensificou no final desse século, com o desenvolvimento da indústria de automóveis, uma vez que a borracha era matéria prima para a fabricação de pneus. É nesse contexto que se insere a vinda de imigrantes europeus para a região, entre eles, os italianos.

Embora a imigração italiana para a Amazônia seja numericamente pouco significativa se comparada com a que se dirigiu para o Sul e Sudeste do Brasil, evidências empíricas permitem agrupar os imigrantes italianos em dois segmentos: imigração dirigida para as colônias agrícolas e, imigração espontânea dirigida às cidades. A imigração dos dois segmentos foi contemporânea, ou seja, ambos começaram a chegar nas duas últimas décadas do século XIX, entretanto,se diferenciaram quanto ás razões norteadoras da migração, à composição social, à origem regional e às áreas de destino na Amazônia (Emmi, 2008).

As políticas de imigração do governo imperial que subvencionava a criação de Núcleos Coloniais de pequenas propriedades nas províncias do Sul e do Sudeste, como foi o caso dos alemães e italianos no Espírito Santo e no Rio Grande do Sul, não contemplava as distantes províncias do Norte (Amazônia), entre as opções para a entrada de europeus. No decorrer das últimas décadas do Império as elites do Pará apoiavam a colonização agrícola através de imigrantes europeus e criticavam o governo imperial por não direcionar à Amazônia a imigração estrangeira

subvencionada. No início do período Republicano, estabeleceu-se no estado do Pará um plano de implantação de Núcleos Agrícolas, direcionado à imigração de europeus, dois destes foram destinados a receber italianos: a colônia Anita Garibaldi e a colônia Ianetama. A colônia Anita Garibaldi surgiu através de um contrato estabelecido em 1898, entre o governo do Pará e o concessionário Mario Cataruzza que se comprometeu introduzir no Pará 200 famílias de agricultores italianos, originários das regiões do Veneto, Lombardia, Piemonte e Emilia Romagna, Das 200 famílias previstas, só conseguiu introduzir 19, totalizando 95 pessoas, por isso o contrato foi rescindido. As poucas famílias italianas que residiam no local dirigiram-se à capital do Estado e integraram-se em atividades urbanas. A colônia de Ianetama localizava-se às margens da estrada de ferro Belém-Bragança. Surgiu em virtude de um contrato assinado em1899, entre o Estado do Pará e o armador italiano Salvador Nicosia visando a introdução de 200 famílias de agricultores italianos. Chegaram à colônia 48 famílias, totalizando 295 pessoas originárias do Veneto, Campania e Sicilia. Apesar dos esforços e gastos efetuados, o concessionário não conseguiu satisfazer os compromissos assumidos motivando a rescisão do contrato.(Cruz,1955). As terras de Ianetama hoje fazem parte da área urbana do município de Castanhal, onde não se encontrou na pesquisa de campo, qualquer referência a descendentes das famílias trazidas por Nicosia. Conclui-se, pois, que as famílias italianas trazidas para as colônias agrícolas não permaneceram nesses núcleos, provavelmente dirigiram-se às cidades vizinhas.

Se os projetos de colonização agrícola constituíram a porta de entrada dos italianos na Amazônia, há evidências de que paralela a essa imigração e além dela se firmou uma imigração não dirigida pelo Estado, constituída por diferentes grupos que vieram se fixar em cidades amazônicas. Esse segmento seria formado por pequenos proprietários e artesãos originários da Calábria, Campania e Basilicata (antiga Lucania) que com recursos próprios emigraram e se instalaram nas capitais e cidades do Norte do Brasil. Constituiu um grupo mais numeroso do que o dirigido para as colônias agrícolas e teve maior continuidade. Seus descendentes ainda são encontrados em várias cidades amazônicas.

Causas da migração

O estudo do processo migratório requer como etapa essencial, a compreensão dos fatores que motivam os migrantes e impulsionam os fluxos migratórios. Numerosos estudos empíricos mostram a força do motivo econômico como causa da migração tanto quando se considera o movimento em nível mais abrangente, envolvendo os contextos relacionados ao movimento, como quando se consideram as razões individuais e dos grupos. Ao nível macro, as migrações traduzem o comportamento das populações face às disparidades de oportunidades socioeconômicas entre regiões. Ao nível dos indivíduos e dos grupos a motivação é basicamente a aspiração por um melhor nível de vida. As causas da migração não são universais; múltiplos fatores atuam como incentivos na tomada de decisão a migrar: políticos, religiosos, sociais, culturais, assim como outras razões que motivam os movimentos individuais e de grupos.

Nos fluxos vindos da Itália para o Espírito Santo, agiram fatores expulsores existentes na região de origem: a crise da sociedade, em particular, a falta de trabalho, a miséria, o excesso populacional. As motivações que impulsionavam os emigrantes na época da "grande emigração italiana" são ilustradas pelos resultados da pesquisa realizada pela Direzione Generale Della Statistica (1889). No ano de 1888, uma motivação atrativa: "o desejo de melhorar o nível de vida", foi apontada por 39,8% do total pesquisado como sendo o estímulo principal da migração; uma causa expulsora "a miséria" foi indicada como a segunda em importância, citada por 36,9% do total dos "Comuni" considerados. Contrapondo-se à situação desfavorável da terra de origem, os benefícios oferecidos pelos programas imigratórios, sobretudo a existência de terras desocupadas que possibilitava a aquisição de uma propriedade, abriam para o migrante a perspectiva de realizar sua maior ambição: a de trabalhar em suas próprias terras.

Os estudos clássicos sobre imigração italiana apresentam uma constatação comum: as dificuldades econômicas vividas na Itália e o correspondente interesse dos grupos econômicos nas colônias agrícolas (Rio Grande do Sul e Espírito Santo) ou em braços para a lavoura e o conseqüente processo de proletarização dos imigrantes (São Paulo). Todavia esses estudos não podem ser generalizados para a Amazônia, uma vez que a corrente migratória dirigida para as colônias agrícolas teve existência

efêmera, embora tenha deixado suas marcas na agricultura paraense. Por outro lado, a imigração espontânea para as cidades não pode ser caracterizada como constituída por mão de obra assalariada. Diferente dos grupos que se caracterizavam por serem segmentos constituídos por pobres e analfabetos - cujo deslocamento era subsidiado pelo Estado - esse grupo era formado em sua maioria por pequenos proprietários e artesãos, calabreses, lucanos e campanos, pessoas que tinham algum grau de instrução e possuíam habilidades específicas (sapateiros, funileiros, ourives e pintores). Para Cappelli (2007) esse grupo era componente de um fluxo migratório que vindo com algum recurso, montava suas casas comerciais , oficinas e pequenas fábricas em cidades, excluindo de seu horizonte a perspectiva de trabalho agrícola e de isolamento em ambiente rural.A motivação de emigrar não estava, portanto ligada diretamente a uma situação de miséria, mas se circunscrevia dentro de uma vasta estratégia de mobilidade geográfica e social dos grupos, na qual pesavam fatores culturais.

Características dos fluxos e dos imigrantes

Procedência. Os processos comparados diferem com relação às regiões da Itália que deram origem aos fluxos: os que vieram para o Espírito Santo são provenientes do norte da Itália enquanto que a Amazônia recebeu majoritariamente imigrantes do sul da península. Esta diferença fundamental está relacionada a vários aspectos diferenciais que o fenômeno estudado apresenta com relação às causas motivadoras do movimento, aos modelos de inserção dos imigrantes e impactos do movimento sobre as regiões de destino.

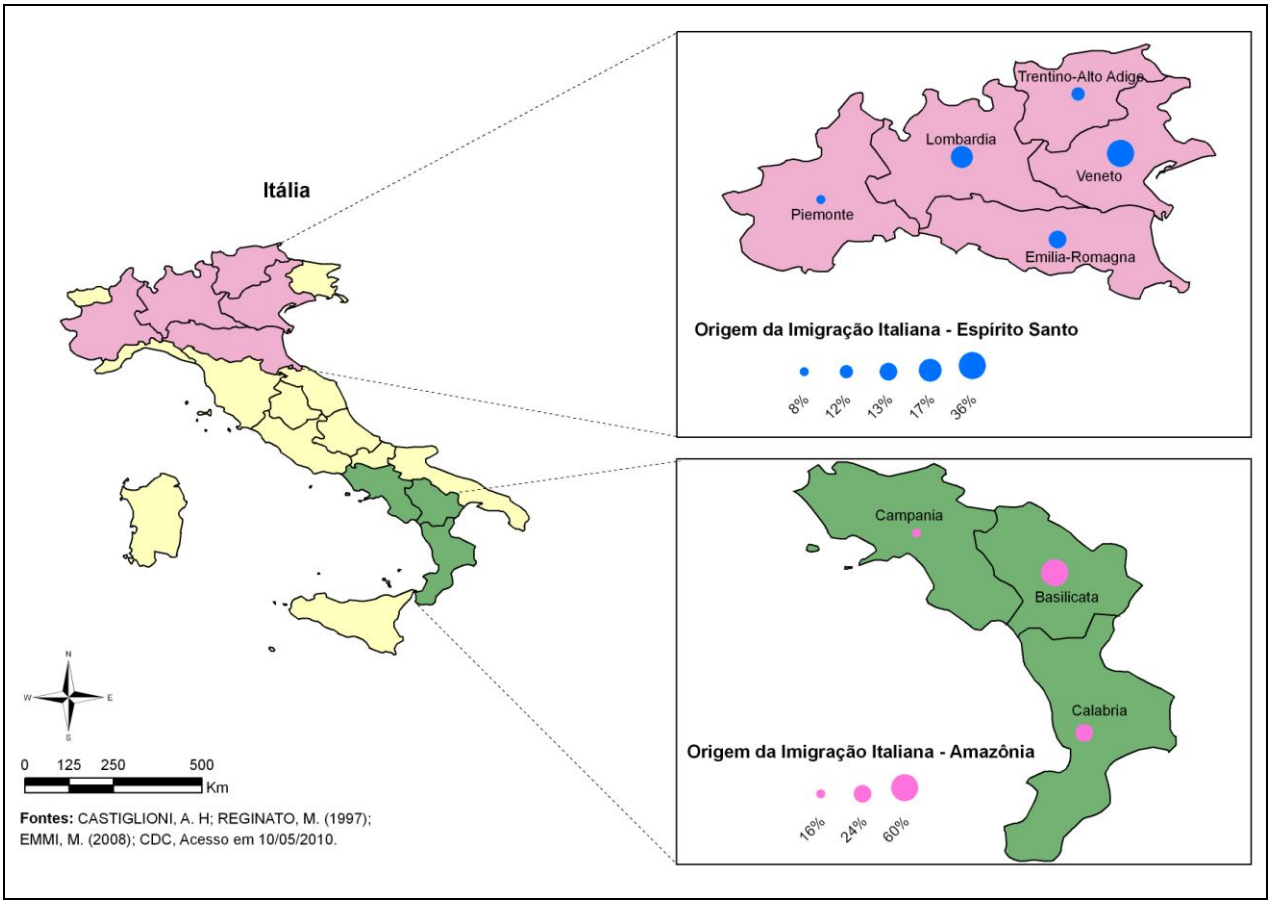
Os programas de povoamento atraíram para o Espírito Santo imigrantes de diversas origens. A propaganda sobre os programas imigratórios era divulgada por agentes migratórios, cartazes, que muitas vezes exageravam os benefícios que os emigrantes poderiam auferir nas terras de destino. Paralelamente ocorria o envio de informações por pessoas que já haviam migrado, que relatavam as dificuldades encontradas, mas também as experiências positivas e as conquistas. Estas informações agiam como incentivadores de novas migrações.

Relatórios da época e estudos apresentam estimativas que indicam que o contingente de italianos que vivia no Estado era de 35.000 (Nagar, 1894), entre 40.000 e

50.000 (Rizzetto, 1905), e cerca de 50.000 (Beverini, 1908). (Apud Castiglioni e Reginato, 2009). O estudo das características da imigração italiana no Espírito Santo se baseia na reconstrução dos fluxos feita a partir de informações e dados coletados nos documentos históricos existentes no Arquivo Público Estadual do Espírito Santo, no Vice-Consulado da Itália, em documentos, e publicações de diversos autores. A base de dados, contendo informações sobre 28.908 imigrantes foi publicada na obra Imigração italiana no Espírito Santo: o banco de dados (Castiglioni e Reginato, 1977). As informações sobre a origem dos imigrantes são disponíveis para 53% dos migrantes levantados no estudo. A grande maioria dos imigrantes tem por origem as regiões situadas no norte da Itália: Vêneto, Lombardia, Emilia Romagna, Trentino Alto-Adige e Piemonte. Considerando-se as províncias, os fluxos mais importantes são todos provenientes do norte da Itália, por ordem de participação: Trento, Verona, Treviso, Vicenza, Mantova e Venezia.

A procedência regional dos imigrantes que vieram para as colônias agrícolas da Amazônia, informada pelos documentos encontrados no Arquivo Público do estado do Pará revelam que para a colônia Anita Garibaldi vieram imigrantes do Veneto, Lombardia, Piemonte e Emilia Romagna. Os que vieram para a colônia Ianetama, quanto às regiões de origem, formavam três grupos: do Veneto, vieram 32%, da Campânia, 58% e da Sicília, 10%. As províncias com maior número de emigrantes foram Caserta e Napoli (Campania) e Padova (Veneto). Quanto aos que vieram para as cidades amazônicas essa procedência apresenta-se diversificada. Segundo dados do Vice-Consulado da Itália em Belém, algumas famílias vieram do Norte, principalmente do Veneto, Lombardia, Emila Romagna, Piemonte e Liguria; outras da Itália Central, regiões do Lazio e Toscana, ou da ilha da Sicilia. Embora a origem regional possa pontualmente ser diversificada, a maioria dos imigrantes veio do Sul principalmente de três regiões: Calábria, Basilicata e Campania. Quanto às regiões de origem, a maioria das famílias veio da Basilicata (60%), todas da mesma província Potenza e principalmente da comuna de San Costantino de Rivello. As famílias que vieram da Calabria, todas eram da província de Cosenza, principalmente das comunas de Papasidero e Laino Borgo. Da Campania, vieram das províncias de Salerno e Napoli (Emmi, 2008).

Figura nº 1. Imigrantes que chegaram ao Espírito Santo no período 1850-1900 e famílias calabresas, lucanas e campanas que chegaram ao Pará e ao Amazonas até o início do século XX por Região de origem.



Perfil dos imigrantes. A seletividade é inerente ao processo migratório, porém sua atuação não segue uma tendência comum, a não ser com relação à idade. A relevância da seletividade migratória decorre dos efeitos que esta produz nas estruturas demográficas e nos impactos destas transformações sobre as características sociais e econômicas dos contextos envolvidos. As regiões comparadas apresentam como características comuns a juventude dos fluxos e a estruturação destes em redes mais amplas que envolviam famílias, amigos e conhecidos. Os efeitos da seletividade são diferenciais, nos dois contextos, com relação às características que decorrem do processo de inserção dos imigrantes nos contextos de destino.

A imigração italiana que se dirigiu ao Espírito Santo tinha como característica principal a presença de famílias que migravam, majoritariamente, com todos os seus

membros, com o projeto de se fixarem definitivamente na região de destino. O Cônsul Carlo Nagar, no relatório de 1895 ressalta a importância da atração e fixação de famílias inteiras implícita nas políticas migratórias: “[...] esse governo não procurava somente indivíduos apropriados à agricultura, mas estimulava especialmente a vinda de famílias inteiras que, uma vez fixadas à terra, não pudessem muito facilmente abandonar este lugar para repatriar”. (C. Nagar, 1895, p. 26). As características dos imigrantes traduzem a presença das famílias: os filhos representavam 44% do total dos imigrantes e os “chefes” e esposas, 37%. (Castiglioni e Reginato, 1997).

Com relação à distribuição dos migrantes segundo o sexo, os fluxos migratórios dirigidos ao Espírito Santo apresentavam predominância masculina: a razão de sexo, de 149 homens por 100 mulheres é devida aos jovens solteiros que migravam “sós”, aos que vinham inseridos em redes de familiares ou aos que migravam temporariamente para realização de empreendimentos, como também porque em alguns registros de migração consta somente o “chefe” da família, como no caso de muitos registros da migração trentina. A idade é considerada como a característica previsível da migração: o jovem tem maior propensão a migrar, pois se encontra na fase de sua vida em que procura um emprego ou uma mudança de ocupação que lhe proporcione uma melhoria de seu nível de vida. A mobilidade é facilitada pela maior liberdade do jovem com relação a ligações com família, trabalho, comunidade, imóveis, que podem dificultar a tomada de decisão a migrar. Esta tendência é constatada na imigração italiana no Espírito Santo. Considerando-se os anos em que a migração foi mais intensa, a idade média é de aproximadamente 22 anos. No que se refere à ocupação, os programas imigratórios, nacional e local, almejavam atrair agricultores, por outro lado, a população que era impulsionado a migrar, provinha da agricultura: os imigrantes eram, em sua maioria, agricultores que contavam por 77,63% do total de ocupações. Os programas atraíam também artesãos e outros profissionais para as atividades induzidas nas áreas de povoamento: escavadores, pedreiros, marceneiros, trabalhadores braçais. Quanto à característica instrução, os migrantes e seus filhos tinham, em geral, grau de instrução pouco elevado, porém com padrão cultural superior ao apresentado pela população local. A migração atraiu também, em número menor,

pessoas com grau de instrução mais elevado, dentre as quais se incluíam artistas, professores, pequenos empreendedores.

No estado do Pará, os registros encontrados no Arquivo Público fornecem informações sobre algumas características sócio-demográficas dos imigrantes que vieram para as colônias agrícolas em áreas amazônicas. Tratava-se de uma imigração familiar. As unidades familiares eram nucleares, ou seja, formadas pelo casal com filhos solteiros. Havia casos que não correspondiam a esse padrão e traziam como agregados, pai ou mãe do chefe, irmãos, sobrinhos, cunhados e em alguns casos sogro ou sogra do chefe. As famílias eram numerosas, havia famílias com 9,11 e até 13 membros. Mas, além da família nuclear pais e filhos, com freqüência eram relacionados outros parentes e até mesmo agregados. Os chefes de família tinham em média 42 anos, as esposas 34 anos. Os casais tinham em média 4 filhos, com idade variando entre 1 e 19 anos. A imigração para os núcleos urbanos era igualmente familiar e incluía além dos filhos, irmãos, sobrinhos e outros agregados. Quanto à ocupação, os imigrantes eram comerciantes, artesãos ou abriam seus próprios negócios.

Local de destino: As migrações comparadas diferem substancialmente quanto aos objetivos e perfil ocupacional dos migrantes e, consequentemente quando à sua inserção nas atividades econômicas e no espaço rural/urbano.

Os programas imigratórios no Espírito Santo organizaram núcleos coloniais, ofereceram vantagens para o estabelecimento dos imigrantes e facilidades para aquisição da pequena ou média propriedade. Os imigrantes, por sua vez, vinham para o Espírito Santo atraídos pela possibilidade de se tornarem proprietários. Em consonância aos objetivos comuns, das políticas e dos imigrantes, a zona rural foi o destino da grande maioria dos imigrantes, cujas famílias e seus descendentes fixaram-se e aí permaneceram até meados do século XX. A colonização italiana teve início com a introdução de imigrantes nos Núcleos Coloniais, situados na região serrana do centro-sul. Na medida em que as terras eram ocupadas, a expansão do povoamento tomava a direção do oeste e das zonas menos povoadas do centro norte. Enquanto as terras desocupadas eram abundantes, uma atitude comum entre os proprietários era a de economizar recursos para comprar terras onde se estabeleceriam os filhos que formavam novas famílias. A marcha da cultura cafeeira agia como o elemento propulsor

da expansão do povoamento. A aquisição de pequenas e médias propriedades onde se cultivava o café fez com que os imigrantes e seus descendentes permanecessem nas terras adquiridas pela família, consolidando no Espírito Santo um modelo particular de economia fechada de base familiar, feito em pequenas e médias propriedades disseminadas na região rural. (Castiglioni e Reginato, 2009).

Na Amazônia, o segmento dos italianos se dirigiu às cidades fixando-se nas capitais do Pará e do Amazonas, Belém e Manaus e em alguns municípios localizados ao longo do rio Amazonas e de seus principais afluentes, por onde circulava o capital mercantil decorrente da economia da borracha. Mas, mesmo com o declínio dessa economia muitos permaneceram nas cidades. Observa-se que no Pará cerca de 80% dos italianos concentravam-se na capital e em municípios da região do baixo Amazonas, os outros 20% espalhavam-se nos demais municípios. Quanto ao estado do Amazonas, 82,78% dos imigrantes residiam em Manaus, capital do estado. Observa-se que nas regiões de destino, houve predominância de originários de algumas províncias/comunas. As famílias que vieram de Castelluccio Inferiore localizaram-se principalmente em Belém e Manaus, quanto as que vieram de San Costantino de Rivello localizaram-se preferencialmente em municípios do baixo Amazonas. Essas evidências tomam força na literatura especializada que ressalta a proximidade geográfica no destino de migrantes das mesmas regiões onde é possível reproduzir laços de solidariedade e contar com a proteção de redes familiares ou vicinais.

Estratégias migratórias

A decisão a migrar requer a avaliação, pelo indivíduo, família ou grupo, de uma série de fatores: por um lado, os migrantes potenciais examinam os custos, as dificuldades e os riscos associados à mudança, e por outro, as possibilidades de melhoria que poderão decorrer da migração. Em deslocamentos de longa distância, a incerteza com relação às condições do local de destino e suas implicações para a vida futura, provocam tensões e insegurança que os migrantes devem enfrentar em cada uma das etapas do processo. É fato comumente observado que os migrantes utilizam estratégias para minimizar as dificuldades e para realizar, da melhor forma, as mudanças inerentes ao movimento. Os estudos realizados nos dois contextos

resgataram uma grande diversidade de estratégias utilizadas pelos migrantes nas várias etapas de seus percursos. Algumas delas estão presentes com freqüência nos estudos migratórios, outras de caráter mais específico, puderam ser identificadas na realização destes trabalhos.

A composição dos fluxos migratórios no Espírito Santo apresentava como traço principal a presença de famílias que, em geral, vendiam todos os bens e realizavam uma migração definitiva com todos os membros. Mo entanto, em várias famílias a migração de alguns componentes ocorria em etapas. Um modelo frequentemente adotado era o da permanência de um ou mais adultos na terra de origem para resolver assuntos pendentes e, a seguir, emigrar para reencontrar a família; havia casos em que a permanência era motivada por problemas de saúde, as pessoas que adoeciam não embarcavam e seguiam em outra viagem com parentes ou conhecidos. Outra situação comum era a viagem do chefe e/ou filhos adultos que precediam a migração da família; quando as dificuldades iniciais eram superadas faziam vir o restante da família: esposa, filhos pequenos, pais e avós idosos. Há muitos casos de migrantes que viajavam sós, em geral homens jovens, para reencontrar familiares já estabelecidos no Espírito Santo.

As famílias, por sua vez, se inseriam em redes mais amplas, parentais e comunitárias. Na época da grande emigração italiana, as pequenas comunidades viam partir parcelas significativas de suas populações que emigravam em blocos em uma mesma viagem. Os grupos de emigrantes partiam, com seus pertences, de suas pequenas comunidades em direção ao porto, em geral Genova, onde deviam preencher os procedimentos necessários para o embarque e aguardar a partida do navio. Nos registros navais, as inscrições registradas de forma seqüencial são indícios da presença de cadeias mais amplas, parentais, vicinais e comunitárias, certamente unidas por laços estreitos. As famílias que partiram de Nozza para o Espírito Santo, com 50 componentes, fizeram seus registros para embarque em bloco, com inscrições seqüenciais que vão do número 192 a 199. Todos os emigrantes de Nozza embarcaram no navio Las Palmas, que partiu no dia 12/01/1895.

É fato comumente observado em transferências de populações que os imigrantes procuram estabelecer-se em locais próximos, na região de destino, procurando apoiarem-se e fortalecerem-se para a adaptação ao novo contexto

geográfico e cultural. Pode-se citar como exemplo a rede constituída pelos Margon, com 42 membros, toda originária de Novaledo, Trento; a maior parte da rede era composta por 4 famílias com 24 integrantes que vieram juntos no navio Ceres em 1875 e se estabeleceram em Santa Leopoldina.

Na região de destino os imigrantes utilizavam estratégias para concretizarem o propósito à base do seu projeto migratório - o de tornarem-se proprietários. Para isto era comum uma fase intermediária de trabalho temporário nas fazendas, percebida como uma etapa provisória que lhe possibilitaria obter ou aumentar o capital necessário para a compra da terra. Nas fazendas, os imigrantes e suas famílias trabalhavam como meieiros, privando-se de tudo que não fosse considerado estritamente necessário para economizar renda. Vangelista comenta as reações provocadas por este comportamento comum aos imigrantes italianos: "[...] *la parsimonia degli immigrati era proverbiale e suscitava la curiosità e spesso il disprezzo dei brasiliani, che vedevano in quella caratteristica una diversità pericolosa". (Vangelista, 1997, p. 72).*

Boa parte das famílias que elegeram a Amazônia como seu destino migratório veio diretamente para as cidades amazônicas, sobretudo aquelas que já contavam com a presença de um parente ou amigo na cidade de destino, outros passaram por cidades do Centro-Sul ou do Nordeste, antes de se fixarem na Amazônia. As trajetórias foram diversificadas, uns incluíam em seu roteiro diferentes cidades amazônicas, outros percorriam trajetórias passando por vários estados brasileiros como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Mas houve imigrantes que saindo da Itália, seguiram trajetória diversa que incluía passagem por outros países da América Latina. A emigração dos italianos com destino às cidades amazônicas, seja ela direta ou com paradas intermediárias, de um modo geral dava-se por etapas. Primeiro vinham homens (chefes de família ou solteiros), depois de estabelecidos mandavam buscar suas esposas e filhos ou ainda, voltavam à pátria para buscá-los. Se solteiros, voltavam à Itália para contrair matrimônio ou para completar o serviço militar e em alguns casos partiram como voluntários para lutar ao lado de seus compatriotas na Primeira Guerra Mundial.

Em alguns casos, os imigrantes economicamente bem sucedidos, chamavam parentes e amigos para auxiliarem em seus empreendimentos. Esse convite era formalizado através da "carta de chamada", na qual quem desejava promover a vinda

de um parente ou amigo, comprometia-se diante do governo brasileiro, a fornecer recursos necessários a sua subsistência durante todo o tempo de sua permanência no Brasil, ou repatriá-lo se não pudesse tê-lo sob sua responsabilidade. Foi através desse mecanismo que muitos italianos chegaram para as cidades amazônicas.

O sentimento de família era muito forte, sendo comum que esses imigrantes geralmente se casassem com noivas italianas que haviam deixado na sua pátria quando da sua viagem para o Brasil, ou com filhas de outros italianos que já se encontravam radicados no país. Os casamentos na própria comunidade contribuíam para manter as tradições e costumes e consequentemente, olhar para a região para qual imigrou como uma extensão da Itália. Estes elementos mostram claramente uma estratégia social de integrar famílias que teceram laços econômicos e matrimoniais. Houve frequentes casamentos entre membros de famílias que emigraram juntas, que vieram no mesmo navio, os quais muitas vezes já possuíam relações de parentesco em seu lugar de origem, ou seja, membros de famílias emigrantes eram casados entre si já na Itália. Outros casamentos aconteceram no Brasil entre seus descendentes, reforçando a rede de parentesco. Outra estratégia que não só reforçava os laços como também ajudava suportar as dificuldades inerentes aos primeiros anos de imigração consistia em que os italianos radicados em Belém davam suporte a outros que chegavam à capital, aqueles que não tinham parentes na cidade se hospedavam nas pensões das senhoras italianas, geralmente localizadas no centro comercial ou nas casas de outros italianos. Nas cidades, os italianos procuravam morar em ruas do centro comercial. A motivação principal dos primeiros imigrantes seria a proximidade do local de trabalho, ou ainda, porque a casa tinha geralmente a dupla função de comércio e residência. Os que chegavam depois preferiam também essa localização porque podiam contar com uma rede de apoio nos primeiros anos de imigração.

Consequências da migração

Um eixo relevante do estudo da migração compreende os múltiplos efeitos quantitativos e qualitativos que a transferência de população produz nos contextos envolvidos no processo, alguns de ação imediata, outros que operam a curto, médio e longo prazo. Os impactos se fazem presentes no plano demográfico, cultural, político e

socioeconômico e são condicionados pelas características dos processos de desenvolvimento das regiões envolvidas. Nos contextos estudados os efeitos da migração apresentam naturezas diversas.

No que se refere à migração internacional para o Espírito Santo, a região de origem dos fluxos se encontrava na época na fase da transição demográfica caracterizada pela aceleração do ritmo do crescimento populacional, que, paralelamente às transformações que ocorriam em vários setores da sociedade, produziu um excedente de mão-de-obra que exercia pressão sobre terras, bens, empregos e serviços. A região de destino, por sua vez colocava em prática políticas para atrair recursos humanos. Tal era a situação do Espírito Santo que, após 3 séculos de colonização, apresentava-se pouco povoado.

A influência das origens italianas está presente nos vários setores da sociedade local. São destacados neste estudo dois eixos para os quais contribuição da imigração foi significativa: as transformações demográficas ocorridas na segunda metade do século XIX e início do século XX; e a formação de uma sociedade de bases rurais que perdurou até meados do século XX.

O processo migratório produziu importantes modificações demográficas no Espírito Santo. O efeito mais visível da migração é o que atua a curto e em médio prazo sobre o tamanho da população. O efeito direto da transferência da população e, a seguir, o efeito indireto advindo da complementação das famílias e da fecundidade elevada dos descendentes provocaram a aceleração do crescimento. A população que contava com 49.092 habitantes em 1856, cresceu para 209.783 em 1900 e para 457.328 em 1920. As taxas de crescimento da década de 1890, de ordem de 4,43% foram as maiores registradas em sua história demográfica. A seletividade da migração causou impactos sobre a composição da população, dentre os quais podem ser destacadas as modificações na repartição por idade, por sexo, por cor, por instrução e sobre a composição e oferta de mão-de-obra. A imigração provocou o rejuvenescimento da população e o aumento da Razão de Dependência devido ao grande afluxo de crianças e de jovens. Atualmente, os descendentes de italianos são majoritários na composição da população do Espírito Santo.

O segundo eixo engloba as transformações, ocorridas a médio e em longo prazo, relacionadas ao modelo peculiar de inserção dos imigrantes no Espírito Santo. O sistema de colonização gerou formas de ocupação e de utilização da terra que perduraram até meados do século XX, cuja conseqüência foi a formação de uma sociedade de características rurais; tendo como vetores três processos que interagiam: o modelo de inserção dos imigrantes, a consolidação da atividade agrícola, em particular o café, como base da economia, e estrutura fundiária caracterizada pelo predomínio de pequenas e médias propriedades.(Castiglioni e Reginato, 2009).

A expansão do povoamento ocorreu paralelamente à marcha da cultura cafeeira no Espírito Santo, estimulada pelo governo, que vendia pequenas propriedades aos imigrantes a baixo preço e em condições especiais. A cafeicultura assentava-se na pequena propriedade e na pequena produção familiar, e diferia do modelo praticado nas unidades administrativas próximas, onde o café era cultivado nas grandes fazendas. A cultura do café teve participação crescente na economia local, gerando uma situação de extrema dependência deste produto até meados do século XX.

A concentração da produção e da população nas zonas rurais do Estado era tão importante que a vida econômica e política do Estado gravitava em torno da economia do café e da região rural até meados do século XX. Em 1950 a proporção de população rural do país era de 63,8%. O Espírito Santo apresentava-se como uma das unidades mais rurais do Brasil, com população rural de 78,4%, mesmo estando situado na região sudeste, a mais urbana do país. Em estudo feito na década de 1950, Petrone chamou a atenção para esta característica particular da distribuição da população no Espírito Santo que qualificou como a falta de “vocação urbana” de um contexto onde não se encontravam verdadeiros nódulos populacionais (Petrone, 2004). As cidades abrigavam pequenas populações que cresciam lentamente, a principal aglomeração urbana, a capital mantinha, em 1950, praticamente a mesma proporção apresentada no início do século, que correspondia a 5,3% da população do Estado (IBGE, 2002; Castiglioni e Reginato, 2009).

O maior acesso do imigrante à propriedade da terra propiciou a permanência das famílias e de seus descendentes em pequenas e médias propriedades. Em conseqüência deste tipo de colonização estabeleceu-se no Estado uma estrutura

fundiária pouco concentrada. Em 1950 o Espírito Santo apresentava o sistema fundiário menos concentrado do país: o Índice de Gini era de 0,51 para este Estado, enquanto que o do país elevava-se a 0,84, indicando forte concentração.

Na segunda metade do século, assistiu-se ao desmonte deste sistema, tendo como um dos vetores a crise agrícola: o Estado vivenciou uma transformação radical do sistema produtivo e do estilo de distribuição de população a ele associada. Essas mudanças provocaram um intenso êxodo rural assim como a desestruturação do modelo de ocupação do território produzido pela expansão da cafeicultura familiar assentada na pequena propriedade. É fato significativo que a população do Estado passa a ser predominantemente urbana na década de setenta, com atraso em relação ao processo no país, que se tornou majoritariamente urbano na década de 1960. A partir da década de 1980, consolidou-se no Estado uma economia urbano-industrial, caracterizada por uma estrutura produtiva diversificada, com ênfase na industrialização e concentração dos investimentos na região da capital, que passou a concentrar recursos e população.

Na Amazônia, com as riquezas decorrentes da borracha, o poder público direcionava parte dos recursos financeiros para a implementação de um processo de modernização das cidades. Os italianos inseriram-se em diferentes setores da economia. Como foi visto, houve uma experiência de colonização agrícola, entretanto o crescimento urbano propiciava condições favoráveis e criava um mercado de atividades de prestação de serviços que atraiu boa parte dos imigrantes que chegavam às cidades. Por outro lado, os que traziam algumas economias, geralmente empregavam seus capitais na criação de estabelecimentos comerciais nas capitais e em cidades por onde circulavam as riquezas que a economia da borracha propiciava. Houve casos em que a habilidade artesanal evoluiu para a criação de fábrica de sapatos ou proporcionou a criação de alfaiatarias e ourivesarias; ao lado destes alguns permaneceram exercendo atividades de menor qualificação como engraxates, jornaleiros, marceneiros, pedreiros, entre outras.

A experiência de implantação de colônias agrícolas com imigrantes italianos foi datada (final do século XIX) e pontualmente localizada às margens da estrada de ferro de Bragança e em áreas próximas a Belém. Se essa experiência não resultou no

fortalecimento do setor agrícola na região, de acordo com os objetivos que nortearam a criação das colônias agrícolas, ainda assim pode-se avaliar um saldo positivo no sentido de permitir a introdução de novos processos de tratar a terra com os conhecimentos que os europeus traziam resultando num incremento da produção e desenvolvimento agrícola. Outra atividade exercida pelos italianos foi a criação de gado bovino, em diferentes localidade da Amazônia.

Todavia nas cidades amazônicas a principal atividade econômica exercida pelos calabreses, lucanos e campanos foi o comércio. Porque de pequenos proprietários e artesãos tornaram-se principalmente comerciantes? A resposta a esta questão necessita situar historicamente a estrutura econômica da Amazônia que acolheu esses imigrantes. O panorama econômico do Pará em 1870 era de relativa prosperidade, uma vez que exportava uma quantidade significativa de produtos extrativos como cacau, castanha, algodão, couros e peles. A partir de 1877 quando a exploração extrativa da borracha passa a registrar acentuada subida de preços e os capitais e força de trabalho são canalizados para essa exploração é o momento em que se assiste uma corrida em direção à Amazônia e no bojo dessa corrida vem também um seguimento de imigrantes italianos que conseguem se firmar embora de maneira subordinada, ao capital mercantil predominante na época.

Em Belém, o comércio dos italianos era mais direcionado ao atendimento das necessidades das populações urbanas, principalmente gêneros alimentícios, materiais de construção, joalherias, confecções e calçados que muitas vezes eram produzidos nas fábricas dos comerciantes, ou seja, aliavam a fabricação ao comércio. O sucesso comercial desses italianos, as redes familiares que os apoiavam e a sua integração na sociedade local, estimularam outros imigrantes que mesmo com a crise da borracha, conseguiram permanecer no comércio, fundaram novas casas comerciais e nelas se mantiveram atuantes por muitas décadas. Os italianos que se radicaram no Pará montaram seus estabelecimentos comerciais não somente em Belém, mas em varias cidades do interior paraense, principalmente na região do baixo Amazonas: Santarém, Juruti, Óbidos, Oriximiná, Alenquer, Terra Santa e Faro.

Os imigrantes italianos também tiveram participação significativa nos primórdios da indústria paraense. O recenseamento industrial de 1920 registra a existência de 15

estabelecimentos industriais pertencentes a italianos, nos estados do Pará e do Amazonas, empregando 166 operários. Entretanto, Costa (1924) chama atenção para empreendimentos de maior porte, pertencentes a italianos que haviam se instalado no Pará no início do século XX. Destaca, por exemplo, a importância da participação de italianos na indústria de beneficiamento de sementes oleaginosas para a economia paraense na década de 1920, quando foram criadas duas usinas em Belém, a Victoria e a Conceição. A literatura destaca também a importância dos italianos na instalação das primeiras fábricas de calçados na Amazônia. Nesse setor destacou-se fábrica Boa Fama em Belém que era de propriedade do lucano Nicola Conte. A Boa Fama foi considerada como a primeira fábrica de sapatos do Norte do Brasil sua produção era exportada não somente para os estados do Norte e do Nordeste do Brasil como também para a Guiana Francesa e o Peru. (Costa, 1924).

Na Amazônia, a presença italiana é reconhecida pela importância econômica e cultural que representou. Sendo em número pequeno, esses italianos não constituíram núcleos fechados nas cidades amazônicas e rapidamente passaram a fazer parte delas. Hábitos de poupança e de operosidade concorreram para o êxito dos imigrantes e para sua integração. Por outro lado, o papel esperado de estrangeiro é de indutor de novidades. Nesse sentido novos hábitos foram introduzidos, inclusive na culinária com o uso de massas e o consumo de verduras e legumes, produtos de suas hortas caseiras. Houve permanentemente um número significativo de comerciantes ou de artesãos trabalhando por conta própria nas cidades. Por vezes preencheram espaços que se encontravam vazios na estrutura ocupacional na Amazônia. A atividade comercial nos núcleos urbanos contribuiu para ascensão social dos imigrantes e de seus descendentes e foi, em grade parte complementar à atividade desenvolvida em pequenas fábricas

Entretanto, mesmo após o colapso da borracha, imigrantes continuaram chegando. É o que se pode deduzir do número significativo de estrangeiros que residiam na Amazônia por ocasião do censo de 1920, quando a economia da borracha amazônica já estava decadente em conseqüência do avanço da produção asiática que se tornara crescente desde 1913. Tanto as novas entradas, como a permanência de grupos de imigrantes que passaram a instalar pequenas fábricas para abastecer o

mercado local iniciaram um processo de substituição de importação de produtos que não mais podiam ser importados do mercado europeu. A partir da década de 1940 assiste-se uma diminuição no ritmo das imigrações no Brasil e os censos de 1940 e 1950 revelam acentuada queda na imigração internacional na Amazônia.

Conclusões

As duas realidades migratórias analisadas constituem um recorte do universo migratório dos italianos que se espalharam em todos os estados brasileiros. Ainda que mantenham traços comuns aos fluxos da Grande Migração, em cada lugar apresentaram peculiaridades resultando em diferentes "imigrações italianas" (Bassanezi, 1998).

Os fluxos que vieram para a Amazônia e para o Espírito Santo assemelham-se quanto ao tipo de movimento, tratava-se de imigração familiar, notadamente de famílias numerosas nas quais se incluíam além dos filhos, outros parentes. Esses grupos apresentavam ainda como ponto comum a constituição de redes parentais, vicinais e comunitárias que constituíam importante apoio ao projeto migratório. De igual modo, a migração por etapas esteve presente nos dois casos.

Por outro lado, esses fluxos diferem quanto a composição social dos principais grupos envolvidos, agricultores no Espírito Santo e comerciantes, artesãos na Amazônia, o que os conduzia a diferentes destinos, caracterizando-se a primeira como imigração rural e a segunda como imigração urbana. Quanto à origem dos fluxos, a imigração para o Espírito Santo foi predominantemente de setentrionais enquanto que na Amazônia predominaram os italianos do Sul. Quanto à trajetória espacial, diretamente da Itália no caso do Espírito Santo e com paradas em outros Estados e países da América Latina antes de chegar na Amazônia. Outro aspecto importante é a diferença temporal da maior chegada dos fluxos no Espírito Santo, na segunda metade do século XIX, enquanto que na Amazônia esse movimento se acentuou nas duas primeiras décadas do século XX.

Levando em conta que o processo migratório comporta diversos espaços, que não se circunscrevem apenas ao espaço físico (Sayad, 1998), na análise comparativa

dos dois contextos evidenciou-se a imbricação dos espaços social, econômico, político e cultural na realização dos diferentes projetos migratórios.

REFERÊNCIAS

Bassanezi, M. S. (1998). Italianos no Brasil: o que dizem os censos? In: Castiglioni, A. (org) *Imigração italiana no Espírito Santo: uma aventura colonizadora*. Vitória: UFES.

Cappelli, V. (2007). Imigrazzionne e urbanizzazzione. La presenza degli italiani nelle 'altre Americhe'. *Passato e Presente*, n.71.

Castiglioni, A. H. e Reginato, M. (1997). *Imigração Italiana no Espírito Santo. O Banco de Dados***,** Vitória: UFES.

Castiglioni, A. H. e Reginato, M. (2009). Impatti socio demografici dell'immigrazione europea in Espírito Santo, in *Altreitalie*, Rivista internazionale di studi sulle migrazioni italiane nel mondo, n. 38-39/2009, Torino: Rosenberg e Sellier, pp. 190-221.

CDC: Centers for Disease Control and Prevention. Disponível em: http://www.cdc.gov/ Acesso em 10/05/2010.

Costa, C. (1924). *O livro do centenário***.** Belém: Edições Princeps.

Cruz, E. (1995). *A estrada de ferro de Bragança*. Belém: SPEVEA.

Emmi, M. F. (2008). *Italianos na Amazônia (1870-1930): pioneirismo econômico e identidade*. Belém: EDUFPA.

IBGE (2002). *Anuário Estatístico do Brasil 2000*. RJ: IBGE.

Ministero di Agricoltura, Industria e Commercio. Direzione Generale della Statistica (1889). *Statistica della emigrazione italiana avvenuta nell'anno 1888***.** Roma: Tip. Aldina.

Nagar, C. (1995). O Estado do Espírito Santo e a imigração italiana (Fevereiro de 1895), trad. Nerina Bortoluzzi Herzog, in Arquivo Público Estadual do Espírito Santo, *Coleção Canaã*, Vitória.

Prado Júnior, Caio (2006). *História Econômica do Brasil*, São Paulo: Brasiliense.

PETRONE, P. (2004). *Aspectos geográficos da área de colonização antiga do Estado do Espírito Santo*, Vitória: IHGES.

Sayad, A. (1998). *A imigração ou os paradoxos da alteridade***.** São Paulo: EDUSP.

Vangelista, C. (1997). *Dal vecchio al nuovo Continente*, Torino: Paravia.